



LIXO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO SOCIAL. O CASO DA ASSOCIAÇÃO ECOS DO VERDE, SANTO ÂNGELO – RS.¹

Fernanda Faistel², Nöelle Marie Paule Lechat³

INTRODUÇÃO: Preservar o meio ambiente e adotar políticas de desenvolvimento sustentável deixaram de ser um modismo ou ideologia de ecologistas tornando-se uma necessidade universal na preservação da espécie humana. O conceito de desenvolvimento sustentável e equitativo pode ser considerado como um novo paradigma, tendo como princípios: integrar conservação da natureza e desenvolvimento; satisfazer as necessidades humanas fundamentais; perseguir equidade e justiça social; buscar a auto-determinação social respeitando a diversidade cultural e manter a integridade ecológica. O novo paradigma pressupõe, portanto, um conjunto de sustentabilidades sintetizadas no seguinte trinômio: eficiência econômica, eficácia social e ambiental, visando assegurar simultaneamente a sustentabilidade socioambiental e o crescimento econômico. Um dos grandes problemas enfrentados hoje, não somente de ordem ambiental, mas também social, diz respeito ao lixo produzido. O problema não esbarra somente no que fazer com o lixo, mas traz para discussão a situação daqueles trabalhadores que sobrevivem do lixo. Trabalhadores, excluídos pela mecanização e pelas diversas revoluções tecnológicas, resultado de um processo de modernização conservadora, que o Estado com suas políticas eletistas e assistencialistas não soube incluir. Há a necessidade de se pensar e colocar em prática um desenvolvimento incluyente, visando principalmente um crescimento que absorva os trabalhadores que hoje vivem em sua grande maioria em atividades informais (como os catadores ou recicladores) ou que vivem precariamente da agricultura familiar. Visando também, dar possibilidade de participação à vida política dessa parte excluída da população, promovendo, além de um maior acesso à educação para busca da instrução e qualificação profissional um maior acesso ao exercício efetivo de todos os direitos humanos. O presente estudo tem como objetivo geral compreender como a cidadania dos catadores pode ser resgatada, associando políticas públicas municipais e associações cooperativas. Pretende ainda compreender como, no caso da Associação Ecos do Verde de Santo Ângelo/RS, se estabeleceu a parceria entre o poder municipal e a sociedade civil organizada. Analisar os avanços e percalços desta relação.

MATERIAL E MÉTODOS: Para analisar a questão e entender a problemática desenvolve-se uma pesquisa bibliográfica e buscas na internet utilizando-se de livros, leis, artigos em periódicos, revistas e jornais. Com a finalidade de verificar até que ponto estão presentes as políticas públicas municipais em prol dos catadores, no Município de Santo Ângelo/RS, mais especificamente na Associação Ecos do Verde, pretende-se realizar entrevistas abertas com membros da Associação, pessoas da sociedade civil apoiadores desta iniciativa e responsáveis do poder público municipal.

RESULTADOS: Por meio desta pesquisa, busca-se demonstrar que políticas públicas voltadas para a geração de trabalho e renda de trabalhadores informais ou excluídos, podem resgatar a sua cidadania e inclusão social, recuperando-lhe a dignidade e auto-estima. A inclusão se daria principalmente através do trabalho associado, devolvendo a dignidade à pessoa e a sua família por seu próprio trabalho e não a partir de programas



assistencialistas. **CONCLUSÕES:** Através do desenvolvimento da pesquisa, pretende-se verificar se há a possibilidade de realização de políticas públicas de gestão integrada e compartilhada de resíduos sólidos com a sociedade civil. Analisar-se-á como as práticas do Estado e das organizações cooperativas e associações de catadores se articulam na questão da reciclagem do lixo doméstico. Pesquisa-se em que medida a criação de cooperativas e associações de reciclagem podem ser uma forma de inclusão social e efetivação de cidadania ativa.

¹ Projeto de Dissertação de Mestrado

² Aluna do Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento da UNIJUÍ e bolsista CAPES.

³ Orientadora, Professora Dra. do Mestrado em Desenvolvimento da UNIJUÍ.